

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito e de Investimento de
Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e
Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Molinhas de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5599
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste
Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
Capanema - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 6 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

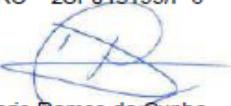
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à incorporação da Cooperativa Sicredi Jundiaí Sudeste ocorrida em 02/12/2013 em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	55.591	55.198
Carteira de Crédito *	373.452	416.893
Depósitos	369.615	389.521
Patrimônio Líquido	144.284	152.178
Capital	49.093	62.868
Resultado Antes das Destinações	16.696	20.282
Rentabilidade do PL	11,57%	13,33%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	617.455	505.417	CIRCULANTE		294.109	226.266
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	15.755	12.011	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	97.708
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		249.732	184.747	Depósitos à Vista		81.675
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		32	28	Depósitos a Prazo		16.033
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		75	311	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		157.225
Correspondentes no país		656	757	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		10
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	248.969	183.651	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	157.215
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 06)	331.504	291.041	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		799
Operações de Crédito		353.932	305.331	Recursos em Trânsito de Terceiros		799
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(22.428)	(14.290)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	7.387
OUTROS CRÉDITOS		19.751	17.383	Empréstimos País - Outras Instituições		8.536
Créditos por Avisos e Fianças Honrados		171	126	OUTRAS OBRIGAÇÕES		30.990
Rendas a Receber		1.963	2.614	Cobrança e Arrecadação de Tributos		79
Diversos	(NOTA 07)	17.945	14.880	Sociais e Estatutárias		2.927
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(328)	(237)	Fiscais e Previdenciárias		1.215
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	713	235	Diversas	(NOTA 14)	26.769
Outros Valores e Bens		694	192			22.021
Despesas Antecipadas		19	43			
NÃO CIRCULANTE	127.068	124.140	NÃO CIRCULANTE		298.236	270.780
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		87.926	92.780	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		298.236
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.536	9.573	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	291.813
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.536	9.573	Depósitos a Prazo		291.813
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 06)	85.389	83.081	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	6.423
Operações de Crédito		94.648	90.568	Repasses Interfinanceiros		9.051
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(9.259)	(7.487)			
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	1	126			
Diversos		1	126			
PERMANENTE		39.142	31.360	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		152.178
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	23.893	18.329	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	62.868
Outros Investimentos		23.893	18.329	De Domiciliados no País		67.650
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	8.893	7.544	(Capital a Realizar)		(4.782)
Imóveis de Uso		1.449	1.449	RESERVAS DE SOBRAS		84.503
Outras Imobilizações de Uso		14.965	12.473			74.089
(Depreciação acumulada)		(7.521)	(6.378)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.807
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	6.356	5.487			5.665
Outros Ativos Intangíveis		10.926	9.093			
(Amortização acumulada)		(4.570)	(3.606)			
TOTAL DO ATIVO	744.523	629.557	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		744.523	629.557

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	53.088	-	53.088	104.065	5	104.070	88.819	8	88.827
Operações de Crédito	52.303	-	52.303	102.377	5	102.382	88.511	8	88.519
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	774	-	774	1.645	-	1.645	232	-	232
Resultado das Aplicações Compulsórias	11	-	11	43	-	43	76	-	76
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(31.911)	(361)	(32.272)	(67.234)	(595)	(67.829)	(48.000)	(443)	(48.443)
Operações de Captação no Mercado	(17.588)	(25)	(17.613)	(34.273)	(49)	(34.322)	(28.276)	(48)	(28.324)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.828)	(336)	(5.164)	(9.016)	(546)	(9.562)	(5.658)	(395)	(6.053)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(9.495)	-	(9.495)	(23.945)	-	(23.945)	(14.066)	-	(14.066)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	21.177	(361)	20.816	36.831	(590)	36.241	40.819	(435)	40.384
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(10.520)	2.457	(8.063)	(20.547)	4.574	(15.973)	(20.602)	5.437	(15.165)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.888	4.809	9.697	9.380	8.954	18.334	7.903	7.813	15.716
Rendas de Tarifas Bancárias	3.924	-	3.924	7.594	-	7.594	4.964	2	4.966
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(16.845)	(1.177)	(18.022)	(32.966)	(1.970)	(34.936)	(27.853)	(1.858)	(29.711)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(11.056)	(1.156)	(12.212)	(22.164)	(2.076)	(24.240)	(19.670)	(2.147)	(21.817)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(43)	(206)	(249)	(100)	(383)	(483)	(71)	(336)	(407)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	20.462	576	21.038	36.237	718	36.955	26.668	2.651	29.319
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(11.850)	(389)	(12.239)	(18.528)	(669)	(19.197)	(12.543)	(688)	(13.231)
RESULTADO OPERACIONAL	10.657	2.096	12.753	16.284	3.984	20.268	20.217	5.002	25.219
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	(2)	21	19	(5)	14	(91)	(5)	(96)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.680	2.094	12.774	16.303	3.979	20.282	20.126	4.997	25.123
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	710	710	-	-	-	-	(124)	(124)
Provisão para Imposto de Renda	-	417	417	-	-	-	-	(70)	(70)
Provisão para Contribuição Social	-	293	293	-	-	-	-	(54)	(54)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.680	2.804	13.484	16.303	3.979	20.282	20.126	4.873	24.999
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	3.979	(3.979)	-	4.873	(4.873)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.680	2.804	13.484	20.282	-	20.282	24.999	-	24.999
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.475)	-	(15.475)	(19.334)	-	(19.334)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.260)	-	(4.260)	(4.115)	-	(4.115)
Fates - Estatutário	-	-	-	(801)	-	(801)	(944)	-	(944)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.414)	-	(10.414)	(12.274)	-	(12.274)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(2.001)	-	(2.001)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.807	-	4.807	5.665	-	5.665

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras
PR/SC/SP

CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	42.841	59.814	4.467	107.122
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.463	-	(4.463)	-
Outras destinações	-	-	(4)	(4)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.985	-	-	2.985
Baixas de capital	(1.599)	-	-	(1.599)
Resultado do período	-	-	24.999	24.999
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(944)	(944)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.274	(12.274)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.067	-	(4.115)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.001	(2.001)	-
Saldos no final do período em 31/12/2015	52.757	74.089	5.665	132.511
Mutações do Período	9.916	14.275	1.198	25.389
Saldos no início do período em 01/01/2016	52.758	74.089	5.665	132.512
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.623	-	(5.623)	-
Outras destinações	-	-	(42)	(42)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.765	-	-	2.765
Baixas de capital	(2.466)	-	-	(2.466)
Resultado do período	-	-	20.282	20.282
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(801)	(801)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.414	(10.414)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.188	-	(4.260)	(72)
Saldos no final do período em 31/12/2016	62.868	84.503	4.807	152.178
Mutações do Período	10.110	10.414	(858)	19.666
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	58.410	74.089	6.798	139.297
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.500	-	-	1.500
Baixas de capital	(1.230)	-	-	(1.230)
Resultado do período	-	-	13.484	13.484
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(801)	(801)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.414	(10.414)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.188	-	(4.260)	(72)
Saldos no final do período em 31/12/2016	62.868	84.503	4.807	152.178
Mutações do Período	4.458	10.414	(1.991)	12.881

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	01/07/2016 a 31/12/2016 ("Não auditado")	01/01/2016 a 31/12/2016 ("Reclassificado")	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	15.370	32.044	30.283
Resultado do semestre/exercício	13.484	20.282	24.999
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.886	11.762	5.284
Provisão para operações de crédito	1.694	9.910	4.108
Provisão para desvalorização de outros créditos	52	91	102
Depreciação do imobilizado de uso	826	1.584	1.329
Amortização do intangível	524	964	820
Baixas do ativo permanente	132	150	56
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	6	(202)	154
Destinações ao FATES	(801)	(801)	(944)
Dividendos SicrediPar	(547)	66	(341)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	17.711	47.313	27.157
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	20.354	7.037	(1.847)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	8.332	(4)	31
Redução em créditos vinculados	162	236	3.745
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(19)	101	(52)
(Aumento) em operações de crédito	(29.952)	(52.681)	(33.859)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	15.819	47.964	17.414
(Aumento) em outros créditos	(2.346)	(2.401)	(2.267)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	149	(478)	(84)
Aumento (Redução) em depósitos	392	43.128	40.906
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	45	(167)	235
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	410	(1.149)	252
Absorção de dispêndios pelo FATES	(250)	(944)	(745)
Aumento em outras obrigações	4.615	6.671	3.428
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	33.081	79.357	57.440
Aquisição de Investimentos	-	(5.564)	(1)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.489)	(3.083)	(2.096)
Aplicações no Intangível	(352)	(1.833)	(2.506)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.841)	(10.480)	(4.603)
Integralização de capital	1.500	2.765	2.985
Baixa de capital	(1.230)	(2.466)	(1.599)
Juros ao capital próprio	(72)	(72)	(48)
Distribuição de Sobras	-	(42)	(4)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	198	185	1.334
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	31.438	69.062	54.171
Caixa e equivalente de caixa no início do período	233.286	195.662	141.491
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	264.724	264.724	195.662

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP ("cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/12/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	505.542	(125)	505.417
OUTROS CRÉDITOS	17.508	(125)	17.383
Diversos	15.005	(125)	14.880
Ativo Não circulante	124.015	125	124.140
OUTROS CRÉDITOS	1	125	126
Diversos	1	125	126

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(15.165)	-	(15.165)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	15.965	(249)	15.716
Rendas de Tarifas Bancárias	4.717	249	4.966
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	29.004	(1.847)	27.157
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	59.287	(1.847)	57.440
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.756)	1.847	(4.603)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 03 de Fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	15.755	12.011
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	248.969	183.651
Total	264.724	195.662

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.536	9.573
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.536	9.573
Total realizável a longo prazo	2.536	9.573

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	164.785	57.740	222.525	214.463
Financiamentos	29.196	30.139	59.335	63.894
Financiamentos rurais e agroindustriais	159.951	6.769	166.720	117.542
Carteira total	353.932	94.648	448.580	395.899

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	171	-	171	126
Devedores por compra de valores e bens	44	-	44	-
Títulos e créditos a receber (i)	11.699	1	11.700	9.959
Total	11.914	1	11.915	10.085

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	241.868	212.870	1.209	1.064
Nível B	1,00	118.834	94.320	1.188	943
Nível C	3,00	40.011	55.415	1.200	1.662
Nível D	10,00	23.902	16.990	2.390	1.699
Nível E	30,00	8.101	9.909	2.436	3.007
Nível F	50,00	7.183	4.346	3.592	2.173
Nível G	70,00	1.988	2.225	1.392	1.557
Nível H	100,00	18.608	9.909	18.608	9.909
Total (i)		460.495	405.984	32.015	22.014

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira
Pessoas Físicas	5.591	40.660	39.936	44.263	130.450
Rural	1.563	31.841	126.547	6.769	166.720
Industrial	592	18.799	10.308	9.184	38.883
Comércio	4.877	27.374	24.588	19.976	76.815
Outros Serviços	1.063	16.259	15.848	14.457	47.627
Total	13.686	134.933	217.227	94.649	460.495
					405.984

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	41.864	9,09	28.826	7,10
50 devedores seguintes	65.169	14,15	48.635	11,98
100 devedores seguintes	45.476	9,88	38.446	9,47
Demais	307.986	66,88	290.077	71,45
Total	460.495	100	405.984	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	22.014	17.804
Constituição de provisão	23.945	14.066
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.944)	(9.856)
Saldo final	32.015	22.014

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.810 (2015 - R\$ 10.422), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.594 (2015 - R\$ 27.460).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	246	236
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.395	2.480
Devedores por compra de valores e bens	44	-
Devedores por depósitos em garantia	512	601
Impostos e contribuições a compensar	502	1.026
Títulos e créditos a receber	11.699	9.958
Valores honrados	234	174
Cotas de consórcio	66	-
Operações com cartões	53	151
Pendências a regularizar	97	91
Outros	1.097	163
Total Circulante	17.945	14.880

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	125
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	126

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	592	73
Imóveis	453	25
Veículos e afins	139	28
Bens em regime especial	-	20
Material em estoque	102	119
Despesas antecipadas	19	43
Total Circulante	713	235

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	11.808	10.361
Sicredi Participações S.A.	12.083	7.966
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	23.893	18.329

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.918.805 ON	2.583.715 ON	2	2	11.807.796	10.361.449
	8.163.964 PN	5.382.526 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,39%	0,99%	1,27%	1,45%	7,43%	6,71%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	12.083	7.966	2	2	11.808	10.361

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	16.414	(7.521)	8.893	7.544
Imobilizações em curso	-	357	-	357	-
Terrenos	-	730	-	730	730
Edificações	4%	719	(255)	464	500
Instalações	10%	3.462	(1.244)	2.218	2.070
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.462	(2.486)	2.976	2.693
Sistema de comunicação	10%	254	(94)	160	90
Sistema de processamento de dados	20%	4.551	(2.890)	1.661	1.066
Sistema de segurança	10%	389	(217)	172	187
Sistema de transporte	20%	490	(335)	155	208
Intangível (i)	5% a 15%	10.926	(4.570)	6.356	5.487
Investimentos Confederação		10.926	(4.570)	6.356	5.487
Total		27.340	(12.091)	15.249	13.031

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	81.675	-	-	81.675	67.491
Depósitos a prazo	8.659	7.374	291.813	307.846	278.902
Total	90.334	7.374	291.813	389.521	346.393

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	157.215	106.630
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	157.215	106.630
Total circulante	157.215	106.630
Recursos do Crédito Rural	6.423	9.051
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.423	9.051
Total exigível a longo prazo	6.423	9.051

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 14,25% a.a. com vencimentos até 08/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	7.387	8.536
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.387	8.536
Total circulante	7.387	8.536

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	1.897	911
Obrigações por convênios oficiais	17	17
Provisão para pagamentos a efetuar	6.721	6.329
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	724	926
Provisão para coobrigações (i)	3.995	2.324
Pendências a regularizar	36	193
Operações com cartões	11.322	9.175
Demais fornecedores	629	502
Credores diversos	1.428	1.644
Total circulante	26.769	22.021

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	585	114	(263)	436
Cível	341	126	(179)	288
Total	926	240	(442)	724

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	436	585
Cível	Provável	288	341
Total		724	926

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 72 e R\$ 360 (2015 - R\$ 7 e R\$ 260), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	62.868	52.757
Total de associados	55.198	50.758

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.110 (2015 – R\$ 9.916) sendo R\$ 9.811 (2015 – R\$ 8.530) via integralização de resultados e R\$ 2.765 (2015 – R\$ 2.985), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.466 (2015 – R\$ 1.599).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,4% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.260, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e de Investimento de Livre Admissão Fronteiras do Iguaçu e Sudeste Paulista - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	20.282	24.999
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.518)	(10.500)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	-	5
Provisão resgate milhas cartão	(33)	77
Provisão de PPR	32	2
Receita com atos cooperativos	6.847	8.050
Juros sobre o capital próprio	1.789	1.646
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	475
Outros	(117)	121
Subtotal	8.518	10.376
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(124)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.536	9.573
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	248.969	183.651
Outros Créditos - Rendas a receber	933	1.646
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	3.926	2.707
Investimentos (Nota 09)	23.893	18.329
Intangível (Nota 10)	6.356	5.487
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	163.638	115.681
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.387	8.536
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	10.965	9.379
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.645	232
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	6.345	148
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	29.863	23.496
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	9.562	6.052
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	1.313	1.013
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	9.900	8.920

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	41	0,05%	133
Depósitos a prazo	2.125	0,69%	2.063
Operações de crédito	1.169	0,26%	766

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	3.136	2.360

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.308	1.954
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	28.345	21.717
Reversão de provisões operacionais	5.448	2.018
Outras rendas operacionais	1.854	3.630
Total	36.955	29.319

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.081	759
Contribuição O.C.E.	175	167
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.008	826
Contribuição Confederação Sicredi	6.970	6.677
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.013	761
Encargos da administração financeira	154	145
Repasso Administradora de Cartões	740	495
Outras provisões operacionais	5.908	975
Outras despesas operacionais	2.148	2.426
Total	19.197	13.231

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 24.240 (2015 - R\$ 21.817), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	183.284	166.180
Total	183.284	166.180

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	149.273	131.126
Capital principal - CP	149.273	131.126
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	84.503	74.089
Lucros acumulados	4.806	5.665
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.904	1.386
Total do capital qualificado	149.273	131.126
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	68.959	64.280
Índice sobre o PR considerando a RBAN	23,00%	22,93%
Situação para o limite de imobilização	12.347	11.647
Índice de imobilização (limite 50%)	8,27%	8,88%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Adriana Conceição Barros Mees
Diretora Executiva
CPF: 609.782.289-87

José Carlos Steffen
Diretor de Negócios
CPF: 333.052.269-00

Fabio Junior Camera
Contador
CRC: PR-0052707/O-2
CPF: 025.334.169-83